

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEDO

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NO QUADRO PERMANENTE

## CADERNO DE PROVA

---

Nível Superior

Prova: Auditor de Controle Interno

---

**Leia com atenção:**

01. Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais de sala.
02. Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo.
03. Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 40 questões.
04. Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa.
05. Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois transfira os resultados para a Folha de Respostas.
06. Confira também na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos.
07. Para marcar a Folha de Respostas utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta. A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e em nenhuma hipótese ela será substituída.
08. Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. **É facultada ao candidato, após o decurso de 2h (duas horas) da aplicação das provas,** a transcrição de suas respostas, registradas no documento oficial (Folha de Respostas), para um formulário específico, denominado **Folha de Cópia de Respostas**, entregue pelo fiscal de sala após o tempo acima decorrido, sendo este formulário o único documento permitido para este fim.

NOME: \_\_\_\_\_ SALA: \_\_\_\_\_

INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_ IDENTIDADE: \_\_\_\_\_ ORGÃO/UF: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_



**PROVA: LÍNGUA PORTUGUESA**

**Texto 1**

Sociedade protetora dos homens  
Cuidar do ambiente é importante. Mas deveríamos  
dar a mesma atenção à espécie humana.

O Brasil possui um excelente conjunto de leis de proteção ao ambiente. Nossos patrimônios naturais exuberantes assim o merecem. É uma pena, porém, que uma espécie tenha sido excluída da agenda ambiental—a espécie humana. Exemplo prático: a construção do rodoviário de São Paulo foi somente autorizada após a conclusão de extenso estudo de impacto ambiental, para minimizar os impactos da passagem de tráfego pesado sobre o cinturão verde e os mananciais. Agora, pergunte se o mesmo cuidado é tomado quando as autoridades, para desafogar o trânsito, criam novas alternativas de escoamento de veículos através de zonas residenciais que, de relance, transformam-se em áreas de grande emissão de poluentes. Provavelmente não.

Observe que, nos últimos 20 anos houve uma revolução no conhecimento científico sobre os efeitos da poluição do ar na saúde humana. Hoje, sabemos que partículas finas emitidas pelos veículos se depositam profundamente em nossos pulmões. O ozônio, formado na atmosfera a partir de poluentes emitidos por veículos e indústrias, agride mucosas e vasos sanguíneos. Estudos desenvolvidos por vários grupos de pesquisa do Brasil indicam que a poluição do ar da Região Metropolitana de São Paulo causa mortalidade prematura de cerca de trinta pessoas ao dia. Mais ainda, 1 entre 10 internações por doenças dos sistemas respiratório e cardiovascular tem alguma relação com a poluição atmosférica.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) percebeu essa relação de causa e efeito. Tanto que, em 2008, estabeleceu novos padrões de qualidade do ar, tendo por base reduzir os impactos sobre a saúde humana. Vários países seguiram a conclusão da OMS. O Brasil, no entanto, manteve os padrões adotados nos anos 90 —uma época em que sabíamos cerca de 10% do que sabemos hoje sobre os elementos dos poluentes no corpo humano. Resultado: os padrões da OMS são 3 vezes menores do que os adotados no Brasil. Desconheço algum argumento médico que indique que os pulmões e as coronárias dos brasileiros sejam 3 vezes mais resistentes do que os dos nossos irmãos europeus ou americanos.

Padrões ambientais permissivos são o caminho mais direto para os combustíveis de má qualidade e a tecnologia automotiva antiquada que temos circulando pelas ruas do Brasil. É uma das

conseqüências do problema está no enorme custo financeiro do sistema de saúde: apenas na Região Metropolitana de São Paulo, estamos falando em mais de U\$1 bilhão ao ano. Excluir o homem da agenda ambiental é socialmente injusto, agride a cidadania e também a economia. Passou da hora de incluirmos a saúde humana na agenda ambiental. A sociedade dos homens agradece.

(Revista Superinteressante. Texto: Paulo Saldiva – 10/2009)

1. Considere as afirmativas abaixo.
  - I. O ser humano, em sua proteção é tão enfocado e amparado quanto o meio ambiente.
  - II. O Brasil, em relação aos padrões exigidos pela Organização Mundial de Saúde, quanto à qualidade de ar aspirado, encontra-se desatualizado.
  - III. Há uma discrepância entre os padrões exigidos pela OMS quanto ao ar não maléfico à saúde humana e o ar absorvido pelo brasileiro.
  - IV. Não há até o momento leis que propiciem ao brasileiro, direitos quanto à aspiração de um ar mais saudável.
  - V. Em todos os países, existe negligência quanto ao ar emitido e que deve ser absorvido pelo ser humano.

Apenas estão corretas as afirmativas do item:

- a) I, II e IV.
  - b) I, III e IV.
  - c) II, IV e V.
  - d) II, III e IV.
  - e) I, II, III e V.
2. Existe uma inadequação, em uma alternativa quanto ao explicitado no texto, identifique-a:
    - a) Trata-se de um texto informativo, redigido na variedade lingüística formal, em que a autor, por vezes, utiliza ironia.
    - b) A função de linguagem predominante é a conativa, em que o redator dirige-se ao interlocutor, a fim de alertá-lo sobre algo.
    - c) De natureza informativa, o texto possui também aspectos injuntivos, por haver, sob alguns aspectos um alerta aos brasileiros.
    - d) Redigido em prosa, não constitui texto literário, por ser referencial e se ater à linguagem jornalística.
    - e) A coesão entre os parágrafos e os períodos é realizada mediante termos nominais e elementos relacionais coordenados e subordinados.

3. Em relação ao primeiro parágrafo:

- I. O sintagma “A espécie humana” exerce, no contexto função explicativa, em relação a um termo anterior.
- II. Dentre os valores relacionais existentes, nota-se também de finalidade.
- III. “... assim o merecem...” o vocábulo sublinhado é retomada pronominal de algo exposto anteriormente e possui função substantiva.
- IV. Em “Agora...” e “... quando...” percebe-se haver idêntico valor semântico, embora inserido por palavras de classes gramaticais diferentes.
- V. A forma verbal “transformam-se”, no plural está empregada corretamente por referir-se a um sujeito agente, no plural.

Apenas estão corretas as assertivas da alternativa:

- a) I, II, III, IV e V.
  - b) I, III e V.
  - c) I, III e IV.
  - d) I, II, III e IV.
  - e) II, III, IV e V.
4. As palavras “após, espécie e tráfego” estão acentuadas corretamente por diferentes razões. Identifique a alternativa cujas palavras devem ser acentuadas por idênticas razões e das quais foram retirados os acentos gráficos.
- a) Paletos, vitreo, Nobel.
  - b) Trofeu, pudico, rubrica.
  - c) Angu, cinereo, avaro.
  - d) Pas, historia, recorde.
  - e) Retros, fatuo, interim.
5. Pode-se observar, no texto, um aspecto injuntivo ao lado do informativo e, embora havendo predomínio de denotação, o autor utiliza conotação para dar mais ênfase ao explicitado. Dos sintagmas apresentados, em um deles, o autor utilizou recurso conotativo, identifique-o.
- a) “Ocorre que nos últimos anos...”
  - b) “Os padrões da OMS são 3 vezes menores do que os adotados no Brasil...”
  - c) “...uma das conseqüências do problema está...”
  - d) “Desconheço algum argumento médico...”
  - e) “A sociedade dos homens agradece.”

As questões 6 e 7 referem-se ao período abaixo:

“Mas deveríamos dar a mesma atenção à espécie humana.”

6. Analise:

- I. Há palavra indicativa de adversidade, oposição.
- II. A forma verbal indica uma possibilidade remota em um futuro hipotético.
- III. O acento grave, indicativo de crase foi posto de acordo com a língua formal.
- IV. “Mesmo”, no contexto está exercendo função substantiva em relação ao termo antecedente.
- V. Espécie humana forma uma perífrase nominal.

Apenas estão corretas as afirmativas:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II, III e V.
- c) I, III e V.
- d) II, III e IV.
- e) II, IV e V.

7. O acento indicativo de crase está empregado de modo adequado, identifique a alternativa em que há falha quanto à colocação do referido acento.

- a) Foi à José Araújo a fim de comprar material para confeccionar as cortinas.
- b) Ela ama andar à cavalo, embora quase sempre escapula da sela.
- c) Obedecemos às regras que nos são impingidas, pois se não fizermos, cairemos nas malhas da lei.
- d) Sua casa fica à distância de 150 metros da beira-mar.
- e) À proporção que o tempo acelera seus ponteiros, o homem titubeia em um ambiente caótico.

8. Observe o exposto: “saúde, pulmões, médico, coronárias”, dizem respeito a um mesmo campo semântico. Identifique a alternativa em que uma das palavras foge ao campo semântico inerente às outras.

- a) Ambientalista, naturalista, entomologista, fisiologista.
- b) Círculo, quadrado, retângulo, triângulo.
- c) Pais, avós, filhos, netos.
- d) Árvores, flores, lagos, rios.
- e) Homem, mulher, crianças, alegria.

**Texto 2**

**Neuroética**

É justo ler os pensamentos das pessoas?

Quem pode garantir qual finalidade será dada a uma tecnologia? Seu bom ou mau uso é um dilema tão antigo quanto a própria humanidade. Numa palestra em São Paulo nos anos de 1990, o psiquiatra Stanislav Grof, um dos pais da psicologia transpessoal, lembrou que a mesma lâmina cortante do bisturi pode matar ou salvar vidas. Da mesma forma, quando falam de magia, os esotéricos costumam afirmar que ela é uma só. É chamada de magia branca quando se destina à prática do bem, é magia negra, quando se destina à prática do mal. Tanto no caso do bisturi quanto no da magia, o que vai caracterizar sua destinação positiva ou negativa, portanto, são as leis, a filosofia e a ética—e estas continuam a chegar depois que as novidades começaram a ser usadas.

Há alguns anos, a velocidade das descobertas em biotecnologia e as ameaças nela contidas—como a de uma sociedade que discriminasse a partir do patrimônio genérico do indivíduo, tema do filme *Gattaca – Experiência genética*—impulsionaram a bioética, a ética ligada às ciências da vida. A seguir, o progresso dos exames do cérebro por máquinas de ressonância magnética funcional por imagens (MRI, na sigla em inglês) deu origem a sua parenta próxima, a neuroética. Definida pelo neurocientista Roberto Lent, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como “a interface entre a ética, a neurociência e as neurotecnologias”, a neuroética já nasceu com muito trabalho pela frente.

A nova disciplina fez sua estréia em uma conferência realizada nos Estados Unidos em 2002. Depois disso, as universidades de Stanford e da Pensilvânia criaram os primeiros centros de pesquisa dedicados ao tema naquele país. A crescente importância da área levou um grupo de psicólogos, advogados filósofos a fundar no ano passado a Neuroethics Society.

Como de hábito, as pesquisas na leitura do cérebro começaram com as melhores intenções. A meta era descobrir qual área cerebral estava lesionada e, se possível, testar alternativas para solucionar o problema. Esse é o caminho trilhado, por exemplo, para pesquisas que buscam devolver movimentos a pessoas paralisadas ou permitir que se escreva num computador a partir de comandos cerebrais por empreendedores atentos.

Em fevereiro, neurocientistas do Instituto Max Planck de cognição humana e Ciências do cérebro, de Leipzig (Alemanha), divulgaram que, por meio da MRI, não apenas localizaram regiões

do cérebro na qual surgem determinados pensamentos, mas também puderam analisá-las e verificar se os pensamentos estavam ocorrendo. Eles detectaram com acerto 70% dos casos nos quais era solicitado a um voluntário que adicionasse ou subtraísse dois números que piscavam numa tela.

[...]

Embora a máquina sofisticada de leitura cerebral ainda seja um sonho, é exatamente a possibilidade de ela existir que assusta os estudiosos da neuroética.

[...] (Revista Planeta, Eduardo Araia)

9. Todas as afirmações sobre o texto 2 estão corretas, exceto:

- a) A neuroética, embora seus estudos sejam recentes, já está causando polêmica.
- b) A leitura de imagens do cérebro humano já vem sendo feita sempre em benefício da humanidade.
- c) Crê-se em uma possibilidade remota de ser criada uma máquina que faça leitura cerebral.
- d) O objeto da neuroética foi descobrir a área do cérebro lesionada a fim de buscar possíveis soluções para as lesões.
- e) Pode-se inferir que a neuroética adveio da biotecnologia e da bioética.

“Em fevereiro, neurocientistas do Instituto Max Planck de cognição humana e Ciências do cérebro, de Leipzig, (Alemanha), divulgaram que, por meio da MRI, não apenas localizaram regiões do cérebro na qual surgem determinados pensamentos, mas também puderam analisá-los e verificar se os pensamentos estavam ocorrendo. Eles detectaram com acerto 70% dos casos nos quais era solicitado a um voluntário que adicionasse ou subtraísse dois números que piscavam numa tela.”

As questões de 10 a 13 são embasadas no parágrafo em epígrafe.

10. Analise:

- I. Existem formas verbais finitas e infinitas.
- II. Se “divulgaram” e “detectaram” indicam uma ação completa em um passado também completo, “estavam” indica um passado incompleto.
- III. “...que adicionasse ...” o termo sublinhado retoma termo antecedente, é retomada pronominal, exercendo função de sujeito.
- IV. “mas também” possui valor relacional de adição.

V. “era solicitado” constitui uma forma verbal, indicativa de voz passiva analítica.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) I, II, III, IV e V.
- b) I, III, IV e V.
- c) I, IV e V.
- d) II, III e IV.
- e) II, IV e V.

11. Sobre o parágrafo, todas afirmativas estão corretas, exceto:

- a) Existem vários elementos circunstanciais, inclusive indicativos de tempo.
- b) Em “...pensamentos estavam acorrentados” foi empregado denotação para indicar que estavam presos.
- c) “ com acerto” forma uma locução com valor circunstancial.
- d) Caso a oração fosse iniciada por “70% dos casos...” como sujeito, o verbo, obrigatoriamente, iria para o plural, a fim de obedecer à regra da gramática normativa.
- e) “a um voluntário” se fosse escrito “ voluntária”, antecedido por artigo definido, o acento indicativo de crase seria obrigatório.

12. “...puderam analisá-las...”, las é uma variação pronominal, empregada corretamente. Identifique a alternativa cuja transformação do complemento por um pronome pessoal átono esteja realizada de modo inadequado.

- a) Realizamos excelentes concertos no teatro Municipal, no ano passado.  
Realizamo-los no teatro...
- b) Os homens escutaram belas músicas a fim de relaxarem.  
Os homens as escutaram a fim de...
- c) Perdoaram aos culpados os crimes cometidos por desvio de verba.  
Perdoaram-lhes os crimes...
- d) Pagamos, aos cobradores, o combinado no contrato.  
Pagamo-lhes o combinado...
- e) Ofertaremos rosas a todas as pessoas para transmitir alegria.  
Ofertá-las-emos a todas as pessoas...

13. Sobre as orações iniciadas por “que”, existe apenas uma alternativa correta, identifique-a.

- a) Em dois casos os “quês” exercem função complementar e em outro, possui valor restritivo.

- b) Diferem eles, apenas, quanto à abordagem semântica, pois, morfologicamente, classificam-se do mesmo modo.
- c) Todos eles têm com o antecedente um substantivo, exercendo função de objeto.
- d) Todos os três “quês” são retomadas pronominais.
- e) Apenas um dos “quês” exerce função complementar.

14. “Há alguns anos, a velocidade...” o verbo “ haver” não admite plural, no entanto, em uma das alternativas, o plural do referido verbo é obrigatório, assinale-a.

- a) .....naquela reunião, pessoas interessantes que tinham muitos conhecimentos.
- b) .....momentos agradáveis em todas as reuniões das quais participamos, pois todos eram amigos e possuidores de similar nível intelectual.
- c) .....muitos anos, não viajamos ao exterior, porém, nos nossos planos está incluso um pulinho à Grécia.
- d) Aquelas crianças.....ficado satisfeitas com a festa, a ela, dedicada, por isso brincavam tanto.
- e) .....momentos bem melhores no nosso amanhã, porque a nuvem negra já foi afastada de nossas existências.

15. “...quando se destina à prática do bem.”  
“Tanto no caso do bisturi quanto no da magia...”  
Sobre os excertos, considere as afirmativas abaixo:

- I. Há circunstância de tempo, representada por elemento relacional que é uma conjunção.
- II. “se destina”, representa voz passiva sintética que equivale à analítica “ é destinada”.
- III. O acento grave, indicativo de crase é obrigatório, pedido pela regência verbal.
- IV. O segundo período apresenta uma circunstância de comparação.
- V. Os nomes existentes nos períodos são substantivos abstratos.

Estão corretas, apenas, as afirmativas existentes nas alternativas:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II, III, IV e V.
- c) II, III, IV e V.
- d) III, IV e V.
- e) II, III e IV.

**PROVA: AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**

16. Em razão de desempenhar atividade tipicamente estatal e essencial à jurisdição, não se permite à Defensoria Pública:

- a) Vedar aos seus membros, o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- b) Que tenha a iniciativa de sua proposta orçamentária em âmbito estadual.
- c) A orientação jurídica dos comprovadamente desprovidos de recursos.
- d) Ter autonomia funcional.
- e) Que os defensores públicos sejam recrutados em caráter precário.

17. Os sistemas de controle interno dos Poderes constituídos não têm como finalidade constitucional:

- a) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual.
- b) Avaliar os resultados, quanto à eficácia, da gestão patrimonial nos órgãos e entidades da Administração.
- c) Julgar as contas dos responsáveis por bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- d) Apoiar o controle externo.
- e) Comprovar a legalidade da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

18. Quanto ao Ministério Público, pode-se afirmar que:

- a) O Procurador-Geral da República é nomeado pelo Presidente da República, após a aprovação de seu nome pela maioria dos membros da Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional.
- b) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização das duas casas do Congresso Nacional.
- c) Os Ministérios Públicos estaduais devem formar lista tríplice, dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo.
- d) Os Procuradores-Gerais estaduais poderão ser destituídos por deliberação da maioria simples do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
- e) Leis complementares da União e dos Estados, de iniciativa do Poder Executivo respectivo, estabelecerão o estatuto de cada Ministério Público.

19. No Brasil, a Constituição Federal veda ao poder constituinte derivado:

- a) Vencer as cláusulas pétreas.
- b) Desrespeitar os limites legislativos impostos pelas cláusulas pétreas.
- c) Promulgar uma nova constituição.
- d) Emendar a constituição segundo os ritos nela preestabelecidos.
- e) Instituir o voto indireto.

20. A competência para legislar sobre direito tributário e financeiro é:

- a) Concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- b) Suplementar de todos os entes federados que não a União.
- c) Exclusiva da União.
- d) Privativa de cada ente federado no tema de seu interesse.
- e) Comum a todos os entes federados.

21. No tocante às modalidades de licitação, não está de acordo com a Lei nº 8.666/1993:

- a) Concorrência é a modalidade entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- b) Tomada de preços é a modalidade entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- c) Convite é a modalidade entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- d) Concurso é a modalidade entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
- e) Leilão é a modalidade entre quaisquer interessados para a compra ou venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.

22. Quanto à responsabilidade civil da Administração é correto afirmar que:

- a) Havendo seguro que acoberte o sinistro, a responsabilidade pelo dano é todo da seguradora, excluindo a Administração do dever de indenizar.
- b) Esta é sempre subjetiva.
- c) As pessoas jurídicas de direito público respondem integralmente pelos danos que seus agentes, mesmo sem atuar nessa qualidade, causem a terceiros.
- d) Em caso de danos nucleares, independe da existência de culpa.
- e) Assegura-se o direito de regresso contra o responsável, mesmo na inexistência de dolo ou culpa.

23. Nos contratos administrativos regidos pela Lei de Licitações, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- a) Alteração do projeto ou especificações, pela contratada.
- b) Superveniência de fato excepcional que altere, ainda que levemente, as condições de execução do contrato.
- c) Diminuição do ritmo de trabalho no interesse da contratada.
- d) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração.
- e) Impedimento de execução do contrato por agente da contratada.

24. Não é diretriz da contratação de parceria público privada, a:

- a) Responsabilidade fiscal.
- b) Transparência dos procedimentos.
- c) Repartição objetiva de riscos.
- d) Delegabilidade das funções de regulação estatal.
- e) Sustentabilidade financeira.

25. É regra que não se coaduna com o processo administrativo:

- a) Objetividade no atendimento do interesse público.
- b) Vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências.
- c) Indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.
- d) Adoção de formas simples.
- e) Inércia do órgão decisor.

26. Sobre a atribuição constitucional de competência tributária podemos afirmar:

- a) A competência tributária legiferante é delegável para as funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, desde que a pessoa delegada seja jurídicas de direito público.
- b) Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
- c) O não-exercício da competência tributária é transferido à pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído, em virtude da lei de responsabilidade fiscal.
- d) A atribuição constitucional de competência tributária não compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferiu.
- e) Compete à União, instituir, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados e, se aqueles não forem divididos em Municípios, cumulativamente, os atribuídos a estes.

27. Dá-se o nome de \_\_\_\_\_ ao sujeito passivo da obrigação tributária principal que tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador e sofra o ônus financeiro; será denominado \_\_\_\_\_ o sujeito passivo que, embora vinculado ao fato gerador, não sofra o ônus financeiro mas, por lei, esteja obrigado a recolher o valor do tributo aos cofres públicos. Complete:

- a) Contribuinte; responsável.
- b) Contribuinte; titular do crédito tributário.
- c) Responsável; titular da competência para exigir seu cumprimento.
- d) Responsável e sujeito ativo.
- e) Responsável e contribuinte.

28. Sobre o lançamento tributário, assinale a afirmativa correta:

- a) Compete supletivamente à autoridade administrativa, constituir o crédito tributário pelo lançamento.
- b) Pode ser entendido como o procedimento administrativo ou judicial, vinculado à lei e não discricionário.
- c) Tem como função constituir a obrigação e ratificar o crédito, não sendo possível a atuação do sujeito passivo da obrigação no procedimento de sua formalização.
- d) É uma atividade administrativa vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade

funcional; contudo, no Brasil, existe a possibilidade do autolançamento, dependendo do tributo.

- e) É da lei de regência do fato gerador que devem ser extraídas as conseqüências jurídicas, os efeitos normais da relação tributária, tais como a extensão da responsabilidade, a tipificação tributária, bases de cálculo, alíquotas aplicáveis etc.

**29.** Assinale a resposta que completa a afirmação:

Complete adequadamente: Segundo o CTN, existem dois prazos extintivos: a \_\_\_\_\_, que delimita a possibilidade da autoridade administrativa \_\_\_\_\_; e a \_\_\_\_\_, que delimita, ante a inadimplência do sujeito passivo, a possibilidade de \_\_\_\_\_.

- a) A decadência - lançar o tributo – prescrição – cobrança do crédito constituído.  
b) Perempção – lançar o tributo – preclusão - cobrança crédito constituído.  
c) A prescrição – cobrar o tributo – decadência – lançamento do crédito constituído.  
d) A decadência - lançar o tributo – remissão – perdão do crédito constituído.  
e) Prescrição – revisar por meio de recurso – decadência - cobrança crédito constituído.

**30.** O fisco federal depara-se com os casos abaixo:

1. Por não ser bacharel em Direito e, portanto, não tem legitimidade para exercer a profissão de advogado, Marcos exerce a profissão e auferir grande soma de rendimentos dela derivados.
2. Um índio curandeiro exerce a função de médico clínico em localidade rural, onde não há profissional habilitado. Pelos serviços prestados à comunidade, cobra consultas.
3. Adolescente, menor de 16 anos, trabalha no comércio do pai, efetuando várias vendas e auferindo grande soma em dinheiro.

Com relação à obrigação tributária destas pessoas, responda:

- a) Todas devem ser tributadas uma vez que, independentemente da capacidade civil ou profissional da pessoa física ou jurídica ou da regularidade de sua constituição como empresa, expressaram capacidade contributiva e devem ser tributados.  
b) Nenhum seria tributado, pois, uma das características do Direito Tributário é a tipicidade, ou seja, todas as previsões devem estar dispostas na lei e a ela se subsumir.

- c) Apenas o índio e o falso advogado estarão obrigados à tributação, uma vez que expressam a capacidade para os atos da vida civil, podem responder por todos os seus atos.  
d) Apenas o adolescente não sofrerá tributação, pois, o índio e o médico exerceram profissões legalmente regulamentadas pelo direito pátrio, portanto, devem se submeter aos respectivos códigos de ética que se sobrepõem à legislação tributária.  
e) Todos devem ser tributados: o adolescente porque será representado pelo seu pai, quem verdadeiramente praticou o fato gerador; o advogado porque é plenamente capaz e o índio porque, embora desconhecedor das leis e suas implicações, pela lei de introdução ao código civil, a ninguém é permitido defender-se sob a alegação de desconhecimento da previsão legal.

**31.** Considerando as afirmativas abaixo, marque a alternativa correta:

- I. Os gastos que antes da Lei 11.941/09 eram classificados como Diferido (extinto), devem ser classificados como Despesas do Período. Entretanto se possuírem forte características de intangível podem ser classificados como tal.
- II. As modificações recentes na Lei de Sociedade por Ações alteram a estrutura do Balanço Patrimonial que, dentre outras mudanças, passa a dividir o Ativo em Circulante e Não Circulante (composto pelo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível), desaparecendo o termo Permanente.
- III. A Lei 11.638/07 estendeu às sociedades de grande porte, a obrigatoriedade de manterem escrituração e de elaborarem demonstrações financeiras com observância às disposições da lei societária.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.  
b) I e II estão corretas.  
c) I e III estão corretas.  
d) I, II e III estão corretas.  
e) Todas as afirmativas estão incorretas.

32. Considerando as afirmativas abaixo, marque a alternativa correta:

- I. Despesas empenhadas durante o exercício não pagas até 31 de dezembro, são consideradas restos a pagar não processadas caso a liquidação tenha ocorrido.
  - II. Sob nenhuma hipótese, os valores empenhados devem exceder o limite dos créditos concedidos na dotação orçamentária.
  - III. Em casos extraordinários, pode haver despesa sem prévio empenho.
  - IV. Em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho.
- a) Apenas a afirmativa IV está correta.
  - b) Apenas I e II estão incorretas.
  - c) I, II e IV estão corretas.
  - d) III e IV estão corretas.
  - e) Todas as afirmativas estão incorretas.

34. Suponha que uma determinada prefeitura encaminhou sua proposta orçamentária com os seguintes valores e classificação:

Receitas	Valor (R\$ bi)	Despesas	Valor (R\$ bi)
Receita Tributária	12,0	Pessoal e Encargos	21,5
Receita de Contribuições	3,0	Juros e Encargos da Dívida	7,5
Receitas Patrimoniais	3,5	Investimentos	2,5
Transferências Correntes	1,5	Inversões Financeiras	1,5
Receita de Alienação de Ativos	8,0		
Receita de Operações de Créditos	5,0		
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>33</b>	<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>33</b>

33. A renúncia da receita constitui-se em mecanismos financeiros executados frente aos atos administrativos empregados na receita pública. Sobre a renúncia da receita, é correto afirmar, exceto:

- a) Pode ser efetuada em casos de superávit orçamentário.
- b) Pode estar acompanhada de medidas de compensação no caso de déficit orçamentário.
- c) Produzem os mesmos resultados econômicos que as subvenções.
- d) Constitui-se inclusive do cancelamento dos débitos, cujos montantes sejam inferiores aos respectivos custos da cobrança.
- e) A remissão constitui-se em uma vertente da renúncia da receita pública.

Com relação à proposta orçamentária apresentada, marque a única alternativa correta:

- a) A proposta é inadmissível pelo fato do orçamento apresentar-se com déficit corrente.
- b) A proposta é inadmissível pelo fato das receitas correntes serem superiores às despesas correntes.
- c) A proposta é inadmissível pelo fato da receita com operação de crédito ultrapassar as despesas de capital.
- d) A proposta é inadmissível pelo fato das receitas de capital serem inferiores as despesas de capital.
- e) A proposta é aceita pelo fato de não infringir nenhum dispositivo legal.

35. Sobre a Contabilidade no Setor Público, assinale a alternativa correta:

- a) A Contabilidade evidenciará apenas os fatos ligados à administração patrimonial e financeira.
- b) A Contabilidade deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, além da despesa empenhada e a despesa realizada, à conta dos mesmos créditos, e as dotações disponíveis.

- c) A Contabilidade deverá efetuar os registros dos débitos e créditos com a individualização do devedor ou credor e especificação da natureza, importância e data do vencimento, mesmo quando não fixada.
- d) A Contabilidade efetuará apenas os registros da receita e da despesa de acordo com a Lei do Orçamento.
- e) A Contabilidade deverá manter apenas os registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.

36. Considere as afirmativas abaixo:

- I. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno de cada Poder, na forma da lei.
- II. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas da União, dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- III. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

É correto o que se afirma em apenas em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) II e III.

37. A previsão constitucional que obriga aos Municípios aplicarem, no mínimo, vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, representa exceção do princípio da:

- a) Unidade.
- b) Universalidade.
- c) Anualidade.
- d) Não afetação.
- e) Exclusividade.

38. No que diz respeito às demonstrações contábeis, analise as alternativas abaixo:

- I. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
- II. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou dependentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.
- III. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

É correto o que se afirma apenas em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) Todas são verdadeiras.

39. Em relação ao controle externo, analise as proposições abaixo, tomando por base a Lei nº 4.320/1964, e responda:

- I. Ressalvada apenas a competência do Tribunal de Contas, a Câmara de Vereadores poderá designar peritos-contadores para verificarem as contas do prefeito e sobre elas emitirem parecer.
- II. O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a improbidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento.
- III. O Poder Executivo, anualmente, prestará contas ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios.

É correto o que se afirma apenas em:

- a) Apenas I é falsa.
- b) Apenas II é falsa.
- c) Apenas III é falsa.
- d) Apenas I e II são falsas.
- e) Todas são falsas.

40. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o anexo de metas fiscais conterá os itens abaixo relacionados, com exceção:

- a) Da avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior
- b) Do demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional
- c) Da evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos
- d) Do demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- e) Dos passivos contingentes.